

7 PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA E APA MATA DO KRAMBECK: UMA ANÁLISE SOBRE PRIVATIZAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS

PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA AND APA MATA DO KRAMBECK: AN ANALYSIS ON PRIVATIZATION AND RECATEGORIZATION OF PROTECTED AREAS IN MINAS GERAIS

Córa Hagino
Carlos Dondici da Silva
Letícia Vieira Barros
Robert Carvalho de Souza

Palavras-chave: Conflitos socioambientais, unidades de conservação, privatização.

Historicamente a cultura extrativista, a economia agropecuária e a majoração populacional, impulsionaram o desmatamento e a aniquilação de recursos naturais, de maneira desenfreada. Restando como solução emergente a legiferação, direcionada à criação de áreas destinadas ao manejo e à preservação ambiental para futuras gerações. Sendo assim, a elaboração desse estudo tem a finalidade de analisar e contextualizar a política ambiental no Estado de Minas Gerais. E para isso, abordaremos a concessão do Parque Estadual do Ibitipoca à iniciativa privada, bem como a recategorização da Área de Proteção Ambiental Mata do Krambeck, traçando um estudo panorâmico acerca do posicionamento governamental em face do Meio Ambiente. Ressaltando que ambas as unidades de conservação tiveram em algum momento histórico sua destinação extrativista ou pecuária. O Parque Estadual do Ibitipoca é administrado pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais) e possui classificação de proteção integral de acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação).

De forma semelhante a APA Krambeck é supervisionada e fiscalizada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) em articulação com o IEF. A Mata do Krambeck está situada no município de Juiz de Fora. Inicialmente adquirida como propriedade privada até promulgação da Lei 10943, de 27/11/1992, decretando o regime de proteção ambiental. A metodologia utilizada neste projeto é qualitativa e se dará por meio da observação não participante no Conselho do Parque e da APA, além de análise documental e entrevistas. A justificativa é pautada na necessidade de preservação do ambiente desses territórios para a geração atual e para as que ainda estão por vir, pilar básico da sustentabilidade, havendo também a importância de promoção e proteção do meio ambiente através da geração de empregos e renda à população local, o que movimenta a economia local por meio do desenvolvimento sustentável. Levando-se em consideração que projeto encontra-se em andamento, as conclusões são parciais. Podemos apontar, inicialmente, o caminho da judicialização, proposta pelo Ministério Público mediante ação civil pública, como uma tentativa de conter o avanço da iniciativa privada sobre o Parque de Ibitipoca devido a irregularidades no processo de concessão. A APA Mata do Krambeck está em fase de recategorização para o Parque, que acreditamos que também poderá vir a ser privatizado. É imprescindível a integralização da proteção ao meio ambiente com a geração de empregos e renda à população local através do desenvolvimento sustentável da região. Sob tal ótica,

acreditamos que a concessão de unidades de conservação à iniciativa privada pode impactar o turismo e comércio local, em especial em Ibitipoca onde o processo de privatização se encontra em estado avançado, além de transformar um local público, bem de uso comum, em uma área de iniciativa privada, cujos interesses comumente diferem do interesse público.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
BRASIL – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, DF, 2000.

REZENDE, Raquel Fernandes; VALLEJO, Luiz Renato. Parque Estadual do Ibitipoca, uso público e as repercussões no Arraial de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte/MG. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*. Niterói, RJ. Vol. 6, nº 10. 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/29534/17155. Acesso em: 12 nov. 2021

CARVALHO, V. do C. *Participação Social no Planejamento do Uso Público no Parque Estadual do Ibitipoca*, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal – Lavras: UFLA, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá-Parati-Rio de Janeiro*. 2ªed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

IRVING, Marta de Azevedo (org). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

LEWICKI, Roy, GRAY, Barbara, ELLIOT, Michael. *Making sense of intractable environment conflicts: concepts and cases*. Washington: Island Pres, 2003.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

REZENDE, Raquel. *O Entorno das Unidades de Conservação: Relações entre Atividade Turística e Uso do Solo no Arraial de Conceição do Ibitipoca*, Lima Duarte/MG. Niterói, Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. 128 f

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Petrópolis, 2005.